

5 Considerações Finais

As reflexões e questionamentos que se constituíram no fio condutor para a realização desta dissertação residem nos processos de continuidades e descontinuidades de políticas sociais públicas observadas na prática da administração pública Brasileira. A reformulação ocorrida especificamente no Programa Agente Jovem para o Programa ProJovem Adolescente consistiu em objeto de interesse para ilustrar esta discussão, em função dos processos de mudanças pelos quais passaram a partir de 2008.

A política social pública no Brasil caracteriza-se por uma descontinuidade das ações, pois a cada governo são elaborados novos projetos idealizados como a melhor solução para os problemas sociais. Políticas ou programas mesmo que apresentem resultados positivos no contexto da mudança de governo, podem ser “deixados de lado” em detrimento de novas prioridades e propostas. Assim, não existe uma Política Social Pública de forma integral, mas medidas compensatórias que funcionam de acordo com os interesses dos representantes do poder público.

Esta característica também foi identificada no estudo de Rizzini et al (2007) por meio de entrevistas realizadas com diversos profissionais de instituições de acolhimento no país. Foi identificado como um dos problemas mais apontados a ameaça de descontinuidade de políticas e programas em função de mudanças políticas. Essa questão também se expressa nos depoimentos de todos os atores sociais entrevistados para subsidiar as reflexões da presente análise.

Cabe enfatizar que o estudo empreendido nesta dissertação está fundamentado na compreensão da política social pública enquanto uma ação pública com a participação recíproca do Estado e da sociedade na perspectiva de garantia de direitos sociais, tendo como marco a Constituição Federal (1988), a Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS (1993), a atual Política Nacional de Assistência Social - PNAS (2004) e não como uma ação exclusiva estatal voltada para a sociedade.

No entanto, esta configuração da Política Social Pública no campo dos direitos sociais, de acordo com a discussão realizada no capítulo I desta dissertação, vem sofrendo retrocessos em função da hegemonia do cenário neoliberal que prevê um Estado mínimo que se isenta de seu papel de garantidor de direitos, através da diminuição de suas responsabilidades sociais e sua transferência para a sociedade civil. Neste contexto, o Estado direciona as políticas sociais públicas para ações compensatórias e emergenciais, não intervindo nas causas estruturais da pobreza e das desigualdades sociais, principalmente, substituindo a participação coletiva e democrática por uma perspectiva individualista e privatista.

Este estudo também baseia-se no entendimento da juventude em sua diversidade e pluralidade. Os jovens vivenciam diferentes realidades, de acordo com a classe social, gênero, etnia, religião, dentre outros, o que reflete na forma como atribuem sentido a essa fase da vida.

Segundo a discussão realizada nos capítulos anteriores a temática da juventude passou a ganhar maior visibilidade recentemente. Como uma área que pode ser considerada relativamente recente de estudo, ela apresenta novos desafios para obtenção de instrumentos de análise e reflexão que consigam compreender os jovens em sua vivência para além das desigualdades sociais e discriminações postas a eles.

Procurou-se também contextualizar a atual conjuntura sócio econômica em que se encontra especificamente a juventude em situação de vulnerabilidade social, que se constitui como público beneficiário dos programas sociais Agente Jovem e ProJovem Adolescente.

Nesse sentido, esta análise teve como foco os processos de reformulação ocorridos no Programa Agente Jovem para o atual ProJovem Adolescente em suas particularidades.

Este estudo demonstra-se relevante na medida em que aponta para ações que buscam um novo desenho de políticas sociais públicas para a juventude, diferenciando-se de práticas antigas as quais se encontram ainda imbricadas em sua tradição histórica. Isto parece estar diretamente relacionado aos avanços legais impressos recentemente, como a própria Política Nacional da Juventude (2005) que concebe as políticas públicas para a juventude como direito. Conjugasse isto com o aumento de estudos e pesquisas nesta área, o que indica que a

visibilidade da juventude para a sociedade e o Estado vem se desenhando nessa perspectiva de entendimento dos jovens enquanto portadores de direitos e não apenas no âmbito dos problemas sociais os quais se encontram expostos.

Contudo, também foi possível identificar que, apesar destes avanços, faz-se necessário estabelecer mecanismos de comunicação, informação e fortalecimento dos espaços públicos para que estas ações cumpram seus objetivos e se materializem de forma efetiva.

Esta análise revelou que o Programa Agente Jovem quando criado no final da década de 1990, iniciou em âmbito de política pública, o atendimento a faixa etária de 15 a 17 anos. Isto demonstra que as ações e os programas sociais voltados para a juventude são recentes, conforme discutido no primeiro capítulo, tendo sido enfatizado que, somente a partir do final dos anos 1990 e início da década atual, algumas iniciativas públicas foram observadas para esta área. Esta análise também demonstrou que apesar dos pontos de dificuldades levantados, o Agente Jovem apresentou-se, de uma forma geral, como um programa com efetividade junto aos jovens participantes.

A despeito de algumas contradições observadas neste estudo, no que se refere a discussões de autores que apontam para a não efetividade deste programa, cabe sinalizar os aspectos positivos identificados para os jovens a partir da presente análise, tais quais: aumento da auto-estima, melhoria da qualidade de vida, maior motivação para permanência na escola, capacitação profissional e para o mercado de trabalho, assim como maior cuidado com a saúde e maior participação social.

Outro aspecto identificado refere-se ao avanço de estudos e a criação de dispositivos legais nesta área que contribuíram para um maior compromisso do governo que muito recentemente implementou programas sociais de forma integrada para a juventude. A atual unificação dos programas voltados à juventude por meio do Programa Integrado da Juventude é um bom exemplo desse aspecto. Isto pode ser considerado como um início de um caminho para que os programas sejam elaborados, implementados e executados sob a ótica da garantia dos direitos, com os jovens enquanto sujeitos desse processo. O estudo também apontou que anteriormente ao ano de 2008 os programas destinados a juventude eram desenvolvidos de forma fragmentada vinculado aos diferentes Ministérios Presidenciais.

De acordo com o que foi discutido, para além dos outros fatores acima expostos, o processo de reformulação ocorrido pode também relacionar-se a questões políticas. Os dados demonstraram que o programa Projovem original a época de sua implementação não atingiu sua meta no que se refere ao preenchimento de vagas disponibilizadas ao público beneficiário, tendo dessa forma se transformado de Programa Nacional de Inclusão de Jovens Ação e Qualificação Comunitária para Programa Integrado de Juventude. Contudo, sem mudar sua sigla de ProJovem, destacando-se a sua modalidade de Projovem adolescente criado para atender ao mesmo perfil do programa Agente Jovem. Dessa forma os dados apontaram que o governo Lula procurou dar maior visibilidade ao programa ProJovem criado em sua gestão em detrimento ao Agente Jovem que foi criado na gestão do governo Fernando Henrique Cardoso. Outra reflexão refere-se que apesar dos objetivos de integração dos programas sociais, o governo poderia ter buscado por, ao identificar pontos de dificuldades no Programa Agente Jovem, resolvê-los. Como também, integrá-lo a outros programas sociais sem que o mesmo perdesse sua identidade inicial, que parece apontar para questões políticas, pelo fato do programa ProJovem já está associado a nível de informação e conhecimento ao governo Lula.

A análise também causou surpresa ao observar a permanência do Programa Agente Jovem, no que pese algumas ações consideradas importantes terem sido descontinuadas. Este não foi extinto e desconsiderado, como se não houvesse histórico, como já ocorreu com outros programas na administração pública Brasileira. O programa foi reformulado e manteve o perfil a que foi destinado (jovens na faixa etária entre 15 e 17 anos), seu principal objetivo (inserção, reinserção e permanência do jovem no sistema educacional) e traços da sua metodologia (desenvolvimento em dois ciclos, participação efetuada no âmbito dos chamados coletivos e o oferecimento de oficinas de convívio e de capacitação técnica, realização de passeios e integração comunitária). Além do que, sua execução continuou através de parcerias entre prefeituras e organizações da sociedade civil.

Dentre as mudanças ocorridas, expostas no capítulo III, cabe destacar algumas ações avaliadas como importantes para os jovens as quais foram descontinuadas. Um primeiro exemplo são os critérios de elegibilidade que ficaram mais restritos (os jovens devem pertencer as famílias beneficiárias no

Programa Bolsa Família). Assim, apenas o jovem estar fora do sistema de ensino como acontecia antes da reformulação não consiste em critério para inserção dele no atual programa, sendo necessário que seja inserido no Programa Bolsa Família. Enquanto esse processo de inserção não se efetiva, este só pode participar de forma provisória.

Outro exemplo é a bolsa agente jovem, apontada como de fundamental importância, pois fazia seu repasse diretamente ao jovem. Contudo, com a reformulação realizada o jovem deixa de receber esse valor porque a sua família já é contemplada pelo benefício do programa Bolsa Família, o que contribuiu para uma redução de jovens no atual programa ProJovem Adolescente, o que foi identificado pelo depoimento dos atores sociais entrevistados. Jaccoud et al (2007), também afirma que a dissociação realizada entre o pagamento do benefício monetário, vinculado diretamente ao programa bolsa família e seus critérios de acesso também podem dificultar a mobilização dos jovens para o atual programa. Além disso, o jovem devido ao atual quadro sócio econômico, vê nesse programa uma perspectiva de aquisição de renda e possibilidade de compra de bens de consumo. Como também, demonstra conjugado a isso, o interesse de concluir os estudos e conseguir um trabalho formal. Contudo, esta análise também apontou para uma preocupação com o mau uso desse valor por parte do jovem, enfatizando que associado a esse repasse deve haver um processo educativo sobre o seu uso.

Outro aspecto verificado foi que ambos os programas, apesar do objetivo preconizado de articulação com as demais políticas sociais públicas, não se materializaram dessa forma. Cabe enfatizar a importância dessa articulação uma vez que o objetivo principal deste programa consiste na entrada, reinserção e manutenção do jovem no sistema de ensino. Mas como este objetivo será concretizado se não houver uma articulação entre as instâncias de assistência e educação? Dessa forma não é suficiente apenas saber se determinado jovem está matriculado e frequentando à escola, atendendo às exigências formais do programa. Faz-se necessário o estabelecimento de um diálogo e articulação maior com a escola, visando um atendimento eficaz e qualitativo ao jovem.

Cabe sinalizar que esta articulação é apontada como necessária entre as demais instâncias das políticas sociais públicas setoriais para que os jovens possam ser atendidos de forma plural e não fragmentada. Como também, sendo

necessária para contemplar a multiplicidade de situações que a juventude vivencia, uma vez que de forma isolada os programas não conseguem atender a estas situações.

Nesse sentido é de extrema importância para a formulação de política social pública para a juventude que esta não seja míope para a diversidade e pluralidade de situações que compõem a juventude, principalmente sem restringir o jovem enquanto vítima ou autores de situações de violência ou como uma população que enfrenta problemas sociais. Urge a necessidade de construir espaços públicos para facilitar processos que permitam a participação efetiva de jovens na construção de modelos de políticas públicas que os reconheçam como atores e sujeitos de direitos. O que significa elaborar, implementar e executar programas sociais que não se configurem como emergenciais para cobrir um déficit, mas que possuam um caráter preventivo e estejam vinculados aos direitos de cidadania.

A construção de espaços públicos, o aumento da participação, a criação de veículos de informação e comunicação, consiste em um desafio posto a todos os envolvidos nesse processo de elaboração, implementação e execução das políticas sociais públicas. Desta forma, busca-se romper com práticas antigas, assistencialistas, historicamente imbricadas na política pública de assistência social, que atualmente tendem a se desenvolver no atual contexto da sociedade brasileira. Segundo Dagnino (2004), este contexto se caracteriza por uma confluência perversa entre dois projetos que apontando para direções opostas ambos requerem uma sociedade civil participativa e propositiva. De um lado o projeto democratizante - a nova cidadania construída durante a década de 1980 - e por outro o projeto neoliberal, deslocando os sentidos e redefinindo os papéis construídos de forma participativa e democrática para práticas voluntárias numa perspectiva de participação individualista.

Para além dos apontamentos acima, esta dissertação possibilitou o despertar de novas reflexões e questionamentos os quais poderão ser objetos de futuros estudos nesta área, com o objetivo de avaliar o impacto do atual programa reformulado em execução, partindo do acúmulo de experiência nesta área, da percepção dos profissionais, como também dos próprios jovens atendidos.